

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2004.
(Do Sr. Asdrubal Bentes e Ann Pontes)**

Solicitamos sejam convidados os Srs. Justiniano de Queiroz Netto, Presidente do Conselho de Meio Ambiente da FIEPA, José Alberto Colares, membro da Secretaria de Produção do Estado do Pará, e Tasso Rezende de Azevedo, Diretor do Programa Nacional de Florestas, para prestarem esclarecimentos sobre o pacote verde criado pelo Governo Federal.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública a realizar-se em data a ser agendada, os Srs. Justiniano de Queiroz Netto, Presidente do Conselho de Meio Ambiente da FIEPA, José Alberto Colares, membro da Secretaria de Produção do Estado do Pará, e Tasso Rezende de Azevedo, Diretor do Programa Nacional de Florestas, para prestarem esclarecimentos sobre o pacote verde criado pelo Governo Federal.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal, no intuito de preservar as florestas brasileiras, criou o pacote verde utilizando-se de medidas legais, tais como: publicação da Medida Provisória nº 239, de 2005, que acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de unidades de Conservação da Natureza; do Decreto s/n de 18.02.05, que estabelece limitação administrativa provisória nas áreas que especifica da região de entorno da BR-163, no Estado do Pará, nos termos do art. 22-A da Lei nº9.985, de 18.06.00; do Decreto s/n de 18.02.00, que cria a Floresta Nacional de Anauá, no Município de Rorainópolis, Estado de Roraima, e dá outras providências; e da Portaria nº 44, de 23.02.05, que institui, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Grupo de Trabalho – GT, com a finalidade de elaborar proposta do Plano Nacional de Áreas Protegidas; e o encaminhamento, à Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº4.776, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, e dá outras providências; entre outras.

Tais medidas configuram a repetição de tantas outras adotadas em governos anteriores, sem a necessária e indispensável discussão com a população diretamente interessada, constituem verdadeira afronta a dispositivos constitucionais e legais e quebram o pacto federativo, consumando indisfarçável e inaceitável intervenção federal nos Estados, principalmente da Amazônia.

Para que se possa melhor discutir as propostas governamentais sob exame, o foro apropriado é esta Comissão. Justifica-se, pois, o requerimento que submetemos à douta apreciação de Vossas Excelências, cuja aprovação requeremos, ao mesmo tempo em que solicitamos à ilustrada presidência, uma vez aprovado pelo Plenário, seja o convite formulado para a realização da audiência na data mais próxima disponível, sob pena de perder a discussão da matéria o efeito almejado.

Sala da Comissão, em 3 de março de 2004.

Deputado ASDRUBAL BENTES

Deputada ANN PONTES